

CENTRO HISTÓRICO EM DISCUSSÃO:

entrevista com o Arquiteto Victor Pimentel

Em agosto último estive em Salvador, para participar do VI Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos, na Faculdade de Arquitetura, o Arquiteto peruano Victor Pimentel. Nascido em 1928, Victor Pimentel possui pós-graduação na Universidade de Roma, tendo participado de uma série de eventos internacionais — em 1964, ele foi membro redator da Carta de Veneza — além de se dedicar à atividade docente e de ter ocupado importantes cargos no setor cultural de seus países. Apresentamos a seguir alguns extratos da entrevista que Victor Pimentel concedeu à RUA, quando de sua última visita a Salvador. Nela, ele fala sobre preservação e revitalização dos centros históricos, sobre o papel que deve desempenhar o poder público nesse processo e sobre a participação dos moradores nesse tipo de intervenção.

RUA: *Gostaria, inicialmente, que o senhor nos dissesse como vê o problema do centro histórico de Salvador.*

V.P.: O problema do centro histórico de Salvador, como o do centro histórico de qualquer país do mundo é extremamente complexo, exigindo uma série de diagnósticos de caráter não somente físico, mas também — e essencialmente — de caráter social e econômico. O problema dos centros históricos é tradicionalmente estudado a partir de um marco teórico e de análises levando em conta aspectos estéticos, urbanos, tipológicos, históricos, tecnológicos, construtivos, etc., todos esses muito valiosos. Creio, porém, que uma ótica delineada assim não é sufi-

ciente. Já é tempo de nós, arquitetos, urbanistas e conservadores do patrimônio, termos uma visão integral do problema. Existe problema sôcio-econômico, problema cul tural e problema educativo em todos os níveis: ao nível da população em geral e ao nível da tomada de decisão política, isto é, das autoridades políticas. Desta forma, vejo o problema do centro histórico de Salvador igual ao de todos os outros centros históricos que tenho tido a oportunidade de visitar ou de viver, como o da minha cidade de Lima, capital do Peru. Isto poderia ser uma primeira resposta a sua pergunta: é necessário ter um enfoque integral do problema e não ficar sô nos aspectos físicos e urbanísticos, mas ir também, e sobre tudo, em direção ao social e ao humano.

RUA: *O senhor conhece, em sua experiência internacional, algum caso de centro histórico que apresente problemas semelhantes aos apresentados pelo de Salvador?*

V.P.: Sim; eu teria que começar pelo meu próprio país, o Peru, com o caso de cidades de caráter histórico-artístico muito importantes para nós, como Cusco ou Lima, onde acontecem problemas muito semelhantes aos daqui: degradação física, degradação econômica e social, arruinamento, abandono e, em alguns casos, sobretudo saturação de uso em imóveis habitacionais. Felizmente, há alguns anos se está tomando consciência, a nível nacional e internacional, não somente sobre a recuperação de obras arquitetônicas isoladas e singulares, mas se está enfrentando o problema como deve ser, quer dizer, integralmente, e não tratando "ilhas", mas toda uma trama urbana, toda a "vivência" do centro histórico. Porque um centro histórico não deve ser um conjunto de imóveis que não tenha vida;

ele deve ser vivo, porisso penso que todo enfoque de renovação urbana deve ser sempre com um sentido dinâmico, de revitalização, e sempre tomando em conta o morador, não apenas na consulta prévia — antes de fazer os projetos — mas realmente fazendo-o intervir nas tomadas de decisão, apoiando-o em suas idéias e em seus modos de ver, porque não tem urbanista ou arquiteto especialista em conservação ou autoridade política, que deva impor uma forma de vida. Existem usos e costumes na população do centro histórico que nós, que nos consideramos muito especialistas, muitas vezes ignoramos; em consequência disto, devemos ter o máximo respeito quando propomos nossas intervenções, a nível de projeto e a nível de execução. Por outro lado, muitas vezes, o morador não é sequer informado ou consultado sobre um projeto, e acaba não participando. Muitas vezes nem o proprietário nem o inquilino têm capacidade econômica. Neste sentido, os responsáveis políticos, as autoridades oficiais, seja a nível do governo local ou do Estado, deveriam aplicar uma política de ação, eu quase diria, de "emergência". Penso que os problemas do centro histórico são mais graves que os problemas que se observa nas favelas ou barreadas, como nós chamamos. São problemas, de toda forma, semelhantes em dramaticidade. As características ambientais são, porém, diferentes. A valoração arquitetônica entre um e outro serão diferentes, certamente. Mas o objetivo de nosso esforço profissional deve ser dirigido, fundamentalmente, para a melhoria das condições de moradia, estejam onde estiverem. Devemos levar em consideração todos os problemas, os anseios, os usos e costumes, as inquietudes, enfim, todos os problemas que podem merecer de fato nosso melhor diagnóstico, nossa melhor análise, para propormos medidas mais coe-

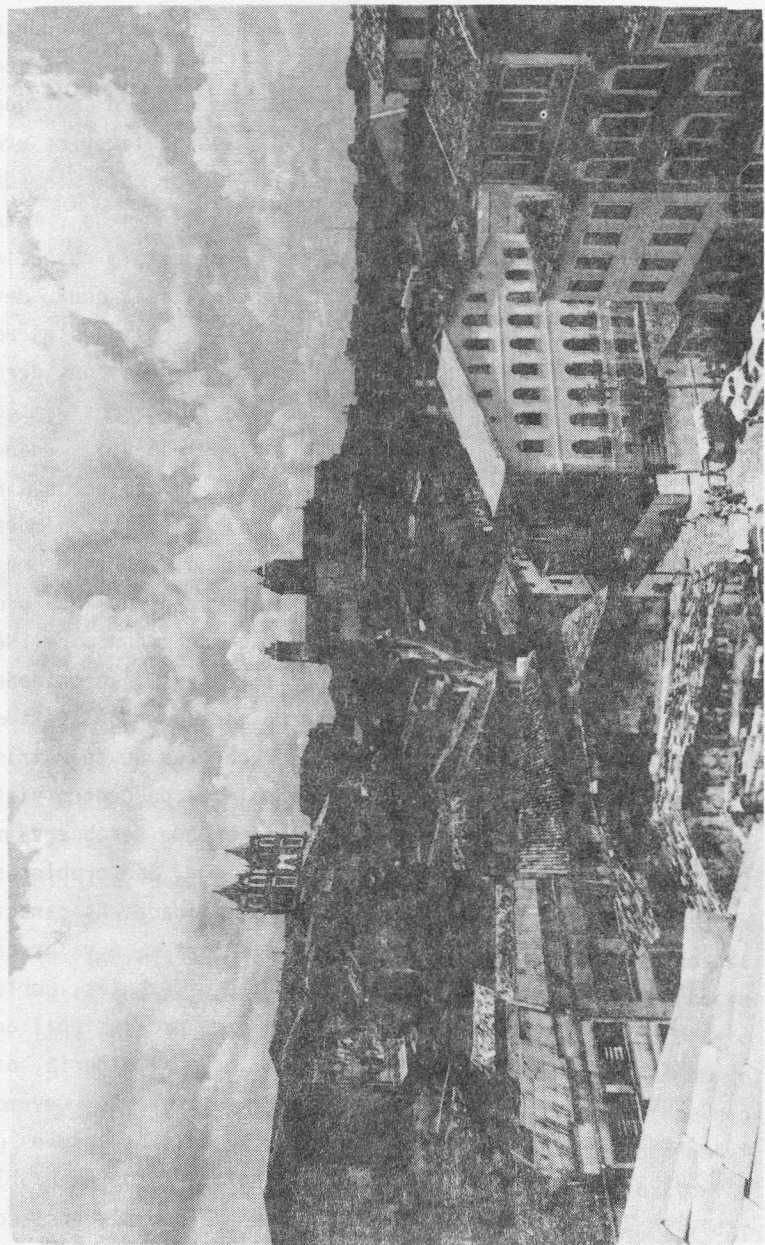


Foto: Antonio Olavo/Arquivo IPAC.

rentes com o sentir do morador do centro histórico.

RUA: Nesse sentido de respeito ao morador, que saídas o senhor veria para o centro histórico de Salvador? Por exemplo, fazendo um paralelo com o que acontece em outras cidades no Brasil, como em Ouro Preto, onde vamos encontrar no centro histórico uma população heterogênea do ponto-de-vista social, desde setores muito pobres, até setores mais ricos, passando por camadas médias bastante diversificadas, enfrentar este problema tem características diversas do caso de Salvador, onde existe uma população muito pobre vivendo em condições muito precárias. Diante disto, que saída concreta o senhor veria para a restauração, a revitalização e a preservação do centro histórico de Salvador?

V.P.: Bem, as saídas para esta revitalização, já o disse no início, são muito complexas. Podem ser muitas as propostas, mas de qualquer forma não poderão ser claramente definidas sequer uma saída ou uma opção, se não tiver sido feito um bom diagnóstico da realidade. Você mesmo mencionou características de outros centros históricos, como o de Ouro Preto. Evidentemente que uma pessoa como você, que conhece o centro histórico de Salvador e o de Ouro Preto, pode dizer isto com bastante propriedade. Eu não poderia fazê-lo com segurança. Mas tenho algum conhecimento através deste curso de Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos, alguma informação e muitas inquietações sobre o problema do centro histórico de Salvador através de alguns projetos específicos, de tal forma que estou sensibilizado à problemática aqui da cidade. Creio eu que, confirmando sua opinião das características da população que vive lá, com

seus aspectos positivos, negativos, nos seus níveis econômico, cultural, etc., de toda forma, esta é a população que é "dona" desse centro histórico, e se está incapacitada para uma iniciativa própria, por falta de recursos, para poder enfrentar o problema da conservação e da revitalização dos imóveis, todos então, autoridades políticas ou não, devem intervir para evitar que continue degradando física e socialmente esta estrutura urbana que é tão importante a nível mundial que foi declarada "patrimônio cultural da humanidade". Isto não é um mero enunciado muito lírico que dá brilho a um país ou a uma região. A nós, latino-americanos, nos orgulha que cidades como Quito, Cusco ou Salvador, e outras mais, mereçam este qualitativo de "patrimônio cultural da humanidade". Mas a coisa não deve acabar aí. Não se deve fazer somente campanhas periódicas ou puramente "declarativas". Já é tempo que se atue desenvolvendo um marco de prioridades e, previamente, um diagnóstico que não tem porque dilatar-se muito no tempo. Já se sabe a realidade como é. Não devemos teorizar muito sobre o problema, mas atacá-lo de forma agressiva porque bem sabemos que cada vez mais, pela ação da chuva ou do trânsito veicular pesado, ou simplesmente pelo abandono de alguns imóveis ou pela falta de manutenção, se vai produzindo em consequência uma deterioração irreversível. Já existe um reconhecimento nacional e mundial sobre a importância desse patrimônio urbano e arquitetônico. Nosso dever é então, como profissionais, apoiar essa população, e todos juntos, com os que decidem no plano político, devemos trabalhar para enfrentar vigorosa e urgentemente este problema. De outra forma, continuaremos fazendo simplesmente a promoção turística. Não digo isto em um sentido pejorativo, mas nos limitaremos apenas a

isto: a fazer bonitos posters, a divulgar os valores culturais que encerram este patrimônio que é inegável, são valores que passam com o conteúdo humano deste CH, que passa com a própria vida deste CH. Serão que se deve criar somente belas fachadas, pintadas com belas cores, por exemplo, com textura agradável? Não. O problema não é epidêmico, mas se deve penetrar no interior dos imóveis e chegar lá no coração mesmo do centro histórico.

RUA: O senhor é, portanto, favorável a uma participação efetiva dos moradores na condução de uma política que diga respeito ao Centro Histórico.

V.P.: Naturalmente. É claramente o que eu disse. Por que ignorar a população existente, a população nativa como poderíamos dizer, e que é, como eu disse anteriormente, a "dona" do CH? Nós somos transeuntes, estamos em trânsito, somos visitantes e nos deleitamos com ele, mas não vivemos essa realidade. A população do CH deve ser não apenas consultada, mas também auxiliada, ajudada e deve-se fazer com que ela participe ativamente. Existe um potencial humano, artesanal, de todo tipo, que muitas vezes nós desconhecemos e descobrimos quando se faz alguma atuação, e a população responde admiravelmente. Por que não auscultar esta possibilidade? Por que deixar simplesmente que sejam as autoridades que intervenham, dando as costas ao morador, ao usuário autêntico? Eu creio que essa consulta e participação popular é vital e necessária porque todas as melhoras no plano da infraestrutura urbana, equipamento urbano, devem ser dirigidas para essa população, e não para o visitante. De tal forma que, sendo redundante, creio pois que a prioridade a tem o morador do CH. Como consequência, virão os

demais, virã a permanência e a conservação dos valores arquitetônicos, urbanísticos, etc.

RUA: *Infelizmente, parece que as autoridades brasileiras na área da preservação não concordam com um ponto-de-vista tão correto como este que o senhor manifestou aqui. No número experimental da nossa revista, existe um trabalho do Professor Pasqualino Magnavita, onde ele relata e analisa a tentativa de formação de uma comissão paritária com os moradores do Centro Histórico de Salvador em vista da elaboração de um projeto, do acompanhamento e da execução do mesmo, experiência essa que contou com a participação de diversos setores organizados da população do centro histórico, mas que foi obstaculizada pelos dirigentes da política oficial de preservação no Brasil.*

V.P.: Bem, aqui eu faria apenas um comentário por razões óbvias. Creio que o problema não é apenas no Brasil, ele existe também no meu país ou em qualquer outro semelhante. É um problema estrutural, um problema de valoração dos elementos que conformam nosso patrimônio cultural. Creio que neste sentido o fator educação, em todos os níveis, do elementar ao superior, é uma tarefa que devemos abordar de imediato, sobretudo quando se fala desse patrimônio que não se identifica, que vem da identidade cultural de um país, de um povo, de uma região. Se não existe uma conscientização a nível da difusão cultural e educativa, nenhum nível — nem alto, nem médio, nem baixo — terá respeito por esse patrimônio. Essa é uma tarefa que, se não está empreendida, é preciso empreender imediatamente. Se uma criança, um adolescente, um adulto, não sabe valorar o que tem, o que possui, mal se poderá propor políticas de co-participação de autori

dades políticas com a população, porque não existirá consciência de uma, ou de outra, ou de ambas as partes, daquilo que realmente têm em mãos.

RUA: *Com relação à participação do poder público na preservação e revitalização dos Centros Históricos, como o senhor acha que ela deve ser?*

V.P.: Eu vejo o problema de uma maneira, eu diria, um pouco ambivalente. Penso que as opções não podem ir em uma só direção. Não existe só uma solução, mas várias. Certamente que uma solução contando somente com a participação econômica dos moradores, provavelmente pouco êxito teria. É para ele que o Estado deve dar os passos iniciais, sobretudo deve planificar a ação com equipes multidisciplinares compostas de profissionais arquitetos, urbanistas, mas também economistas, sociólogos e autoridades políticas. Todos devem convergir para o estabelecimento de uma política de ação, mas que não se dilate muito nas suas formulações. Este é talvez um vício que temos em nossos países: grandes estudos em nível macro, micro, regional, etc., e a realidade, por outro lado vai transformando essas estruturas que pretendemos quase que tornar estáticas, "cristalizadas", de forma que, o Estado e as autoridades estatais devem formular adequada e rapidamente os planos que podem ser de prazos, digamos, de ação imediata, e outros de maior amplitude, sempre dentro de um critério de prioridades, naturalmente. E ao mesmo tempo, e paralelamente, estimular ações pontuais de alguns proprietários e de algumas entidades privadas que queiram colaborar nesses planos. Eu creio que até mais de uma empresa, e não necessariamente local, talvez de nível nacional, pode e deve, ajudar eco-

nomicamente a resolver o problema da revitalização dos centros históricos. Naturalmente, deve existir um organismo que controle também tanto as inversões de capital como o tipo de obras que se pretende realizar porque, muitas vezes, com recursos econômicos, são desvirtuadas muitas qualidades arquitetônicas e urbanísticas de um centro histórico, pela intromissão de mobiliário urbano inadequado ou por adaptações a usos não apropriados à natureza dos imóveis ou ao respeito à própria vida do centro. Esse tipo de revitalização deve ser feita com muito cuidado. Em consequência, não há, portanto, um único caminho. Creio que as soluções são muitas, a participação deve ser múltipla e as portas devem estar abertas para qualquer iniciativa; que venha tanto da própria cidade, quanto da região, do país ou até de fora do país.

RUA: *No caso dessas contribuições externas, quando o centro histórico de Salvador foi declarado "patrimônio cultural da humanidade", pela UNESCO, isto deixou a população da cidade esperançosa, acreditando que viria por aí o auxílio para levar adiante a preservação do CH, já que parece que no plano interno não se está conseguindo muita coisa. O senhor, que é consultor da UNESCO, o que nos diz da real possibilidade de uma participação desse organismo na preservação do centro histórico da cidade?*

V.P.: Bem, evidentemente o título de "patrimônio cultural da humanidade", que a UNESCO concedeu a Salvador, o que faz é tornar conhecidos, a nível internacional, os imensos valores desse patrimônio a preservar. Ele não significa que o problema será resolvido da noite para o dia nem que, por causa dele vai ser muito mais fácil enfrentar

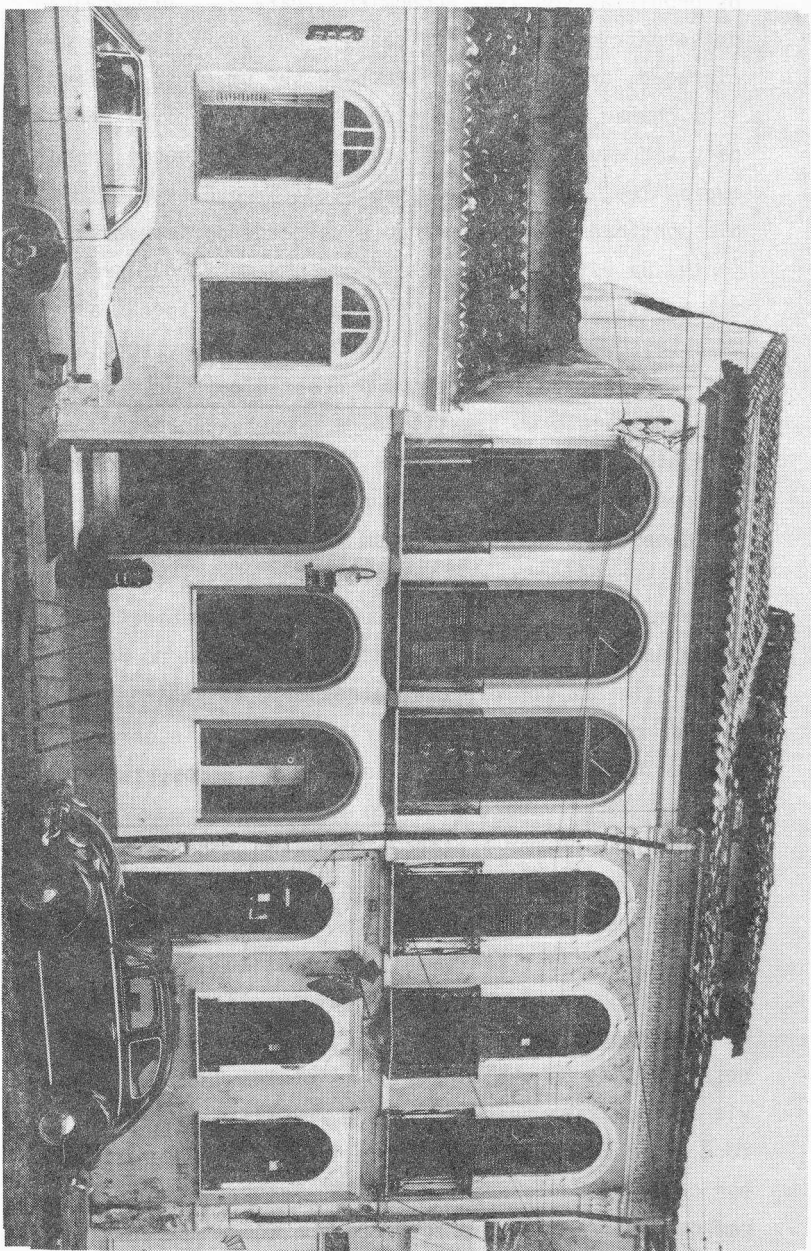


Foto: Antonio Olavo/Arqui vo IPAC.

os problemas sociais, econômicos, para a preservação desse patrimônio. Em todo caso, o que acarreta essa declaração, creio eu — e isto pode ser um ponto a favor — é chamar a atenção, a nível mundial e a nível nacional, sobretudo, para a necessidade e a obrigação moral que se tem, como país, de não permitir que esse patrimônio continue se deteriorando e se perdendo irreversivelmente. Já está aí um mérito. Será uma mera declaração, mas a intenção é também que logo venha não apenas alguma assessoria da parte da UNESCO, ou de seus funcionários internacionais, mas que o próprio país deve acionar, com título ou sem título, a preservação desse patrimônio. Porque não é apenas Salvador; existem outras cidades no Brasil, enormes conjuntos urbanos de um valor excepcional e que deveriam igualmente merecer esse título. Entretanto, com todo respeito a essa designação de Salvador como "patrimônio cultural da humanidade" por parte da UNESCO, creio que antes disso, aqui no Brasil, já existia uma consciência de respeito ao centro histórico da cidade. Eu seria sumamente incorreto se não reconhecesse em profissionais brasileiros, inclusive daqui de Salvador, o mérito imenso de terem sido os pioneiros em chamar a atenção sobre os próprios valores urbanísticos, arquitetônicos, culturais e gerais de Salvador. Gente que deu sua vida, e continua dando, para evitar que esse patrimônio se prostitua com as ações pseudo-progressistas que, lamentavelmente, se dão aqui ou em qualquer parte do mundo. Quero chamar a atenção, nesse sentido de que, antes do título da UNESCO, já havia a iniciativa brasileira, e a iniciativa local, e isto é muito meritório. Não é que se esteja interessando por causa da declaração da UNESCO. Existe toda uma bagagem de conhecimentos, preocupações e ações que foram de

envolvidas localmente e isto eu quero destacar e dar reconhecimento público a estes pioneiros que, talvez incompreendidos, deram o toque de alerta sobre a importância que tem para essa região e para todo o país, a pre-servação dinâmica desse Centro Histórico.